

ATA NÚMERO ONZE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas 09:30 horas, reuniu em sessão ordinária o Plenário da Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos:

I - Período antes da ordem do dia;

II - Ordem do Dia:

1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09;

2- Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2018;

3- Discussão e Votação da Modificação às Grandes Opções Plano – GOP (PPI e AMR) e Orçamento de 2019 – 1ª Revisão;

4- Apreciação e Votação da Descentralização Administrativa – Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais-Educação (Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro);

5- Apreciação e Votação da Delegação de Competências Municipais do Município nas Associações de Freguesias – Atualização de Valores;

6- Apreciação e Votação dos Contratos de Delegação de Competências nas Juntas e Uniões de Freguesias – Atualização de Valores;

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

A sessão teve início com a verificação das presenças, registando-se as ausências dos Senhores: Senhor Joaquim Jerónimo Monteiro Veiga – Presidente da Junta de Freguesia de Freixo, Senhor António Joaquim Rodrigues - Presidente da Junta de São Pedro do Rio Seco.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar conhecimento da correspondência recebida, conforme se indica:

- Da CPCJ de Almeida um relatório de avaliação da respetiva atividade relativa ao Ano de 2018;

- Parecer da empresa Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC, Lda., dando cumprimento ao disposto na alínea e) do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, sobre a fiscalização dos documentos de prestação de contas do Município, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação as atas da Assembleia Municipal, realizadas no passado dia 01 de fevereiro e 29 de março do corrente ano, tendo as mesmas sido aprovadas, por maioria.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disponibilizou as Atas do Executivo para consulta.

I - Período antes da ordem do dia;

Inscreveram-se para o período antes da ordem do dia os Senhores: Dr.^a Catarina, João Alexandre, Dr. João Terreiro, Miguel Pinto, António Frias, Joaquim Lages, Manuel Gomes e José Abranches.

Pela Dr.^a Catarina foi deixado expresso um voto de pesar, em seu nome pessoal e em nome de todos os Almeidenses, residentes e não residentes em Almeida, que partilham a sua opinião, pelo tipo de construção do pórtico entre a igreja matriz e a muralha, assim como pelo arranjo que foi feito na área em frente ao antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Almeida.

Diz voto de pesar porque estas construções já fizeram chorar de tristeza e indignação de muitos Almeidenses.

Pelo Senhor João Alexandre foi perguntado, se o Executivo sabe para quando o arranque das obras da ligação da A25/A62, se está para breve ou não.

Sugeriu também que, fosse criada uma Assembleia Municipal Jovem, mas como juridicamente não está constituída em lei, seria melhor falar em Conselhos Municipais Jovens, perguntando ao Executivo se tem em mente e dado que, também está vertido nas alterações do plano e orçamento, com dotação orçamental para o orçamento participativo jovem, se também há ou não, intenção da criação deste Conselho

Municipal da Juventude, porque certamente seria uma mais valia para as Associações Jovens do Concelho, contribuindo com as suas ideias e propostas para o Município.

Pelo Senhor Dr. João Terreiro foi perguntado, se o Executivo tem alguma informação, para quando a elevação de Almeida a Património da Humanidade, uma vez que ao acontecer, poderia ser uma grande alavanca para Almeida em termos de Turismo e de Economia Local.

O Senhor Miguel Pinto congratulou-se por ter outro jovem deputado na Assembleia Municipal e disse também que, estava completamente de acordo com a criação de Conselho Municipal Jovem.

Deu os parabéns à Junta de Freguesia de Freineda, pela realização da Festa do Bucho, em que optou por contratar Associações de outras Freguesias, nomeadamente a Associação da Banda Musical Malhadense, sendo talvez o sinal para todos do início do fim de uma rivalidade existente entre as duas freguesias.

Mais referiu que a JSD de Almeida organiza regularmente um espaço de debate ao que chamaram de “A Jota Pergunta” e que é aberta à Sociedade Civil, tendo como objetivo recolher e discutir ideias para depois apresentarem contributos para o desenvolvimento do Município. A segunda edição decorreu no Freixo, no passado dia 20 de abril, com o tema “Os Jovens e o Associativismo” e as principais ideias que, recolheram são na linha do que já apresentaram: por um lado ir mais a fundo na ideia de comunicação de eventos por parte das Associações, Juntas de Freguesias e do Município e serem mais coordenados, nomeadamente, através de uma Agenda Cultural Física, e por outro lado, por ser um entrave à fixação de empresas, de pessoas e atividade associativa, e como todos sabemos em Portugal existe um assédio burocrático, sugeriu também a criação de uma check list, nos Serviços Técnicos, nomeadamente para a criação de projetos para casas pessoais, projetos de empresas ou associações, como um primeiro passo para a Modernização Administrativa dos Serviços da Câmara Municipal.

Pelo Senhor António Frias foi dito que, a sua intervenção ia de encontro a algumas conversas que, teve com os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesias, onde havia uma certa desinformação sobre o ato Eleitoral das Europeias e a constituição das

mesas. Hoje já teve oportunidade de estar com a funcionária responsável e basicamente a Lei mantém-se igual, mas da parte dos Partidos é obrigação de informarem, os Senhores Presidentes de Juntas, identificarem a pessoa que irá estar nessa reunião, se assim o entenderem fazer e dar-se início ao processo eleitoral com a normalidade que é habitual.

Pelo Senhor Joaquim Lages, foi perguntado para quando a intervenção na Via Estruturante – Avenida dos Combatentes / Cruzamento da Rua Pedra Libreira e Travessa Capitão Teles, porque continua a haver o problema da água que, em vez de entrar nas sargentas está a sair, causando problemas naquela zona.

Mais referiu que, o muro que foi feito junto ao Pavilhão Multiusos a água atingiu metro e meio de altura, ficando a vinte centímetros do limite e se não houver intervenção nesse sentido o muro pode vir a cair.

Perguntou ainda sobre qual o ponto de situação da empreitada da balança.

Aproveitou para informar o Senhor Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo – Eng.º Francisco Xavier que, na zona da Ligação do Parque Industrial e a E.N. 16, onde foi feito o ramal de ligação para o armazém do Senhor Amílcar o alcatrão foi pouco e cedeu por isso agradecia que fosse regularizada a situação.

O Senhor Manuel Gomes – Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, disse que, as suas questões são relativas ao antigo Edifício da Guarda Fiscal perguntando, se já houve assinatura do Protocolo com a Administração Interna e se houve alguma alteração ou avanço relativamente ao Parque TIR, perguntando também para quando está previsto ser lançado o concurso da Incubadora de Empresas e Espaço do Cidadão, em Vilar Formoso.

O Senhor José Guilherme perguntou, se a Câmara já tem conhecimento, ou se já havia sido contactada por alguma Empresa porque, se fala da prospeção do lítio, ouro e outros minerais e gostaria de saber qual o ponto de situação sobre esta matéria.

Disse também que, são colocados placards quando se inicia uma obra, mas depois tudo se perde no tempo ficando caídos no local, deixando uma má imagem e ferindo a visão para os que passam, chamando a atenção para haver mais cuidado com este tipo de coisas.

Chamou também a atenção para a placa de sinalização da obra do Rio Côa logo no início que, informa sobre piso degradado, uma vez que a obra se encontra concluída não faz sentido manter-se no local a referida placa.

Também na mesma estrada junto a uma exploração agrícola, existe outra placa informando sobre travessia de peões no sentido de Vilar Formoso – Guarda e onde era pressuposto haver uma passadeira, mas no sentido inverso não existe placa alguma.

Ainda na mesma estrada e junto à casa dos cantoneiros que, já existia e que agora é habitada e num cruzamento onde passa muita gente informou que, não existe nenhuma placa de travessia de peões.

Alertou também para o facto de no caminho agrícola serem colocadas placas indicativas das localidades de Ade, Monteperobolso e Mesquitela, porque tem boas condições e outras existem com indicação das Freguesias e assim sendo todos ganhariam com isso.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram levantadas.

O Senhor Presidente da Câmara, começou por dar as boas vindas ao Senhor João Alexandre por ser a primeira vez que está presente na Assembleia Municipal.

Em relação ao voto de pesar apresentado pela Dr.^a Catarina Vilhena, relativamente ao Pórtico junto à Igreja e arranjo junto ao antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários, informou que já conseguiu transmitir a sua ideia e a sua postura, sobre a questão e não a vai debater. Acrescentou que foram técnicos especialistas da matéria e foram obras auditadas por Instituições que têm essa responsabilidade, não se vai pronunciar em relação a questões técnicas, como não vai debater gostos pessoais.

No que se refere às questões técnicas levantadas pelo Senhor João Alexandre, sobre o Projeto A25/A62, informou que, o contrato da obra está entregue, e que esteve em Vilar Formoso uma Comitativa bem representativa do Governo na assinatura desse contrato, onde o empreiteiro também esteve presente. Neste momento deve estar na fase de entrega do Plano de Segurança, Saúde, Plano de Resíduos e Tratamento do Estaleiro e deve começar em breve.

Mais disse que em relação às preocupações transmitidas ao Governo, espera que haja da parte da Tutela e dos responsáveis do planeamento uma resposta cabal, embora tenha notado algumas movimentações ainda débeis e que, as coisas levem um ritmo diferente e uma atenção também diferente para os Territórios do Interior.

Em relação à Assembleia Municipal Jovem disse que, em breve o Senhor Vereador da Juventude irá tratar no sentido de serem feitos os regulamentos para depois implementar o Conselho Municipal da Juventude, esperando que, seja breve esse período e que sejam participativos, porque são os jovens que poderão fazer a diferença.

Respondendo ao Senhor João Terreiro “Almeida a Património da Humanidade” o Senhor Presidente informou que, a intenção da candidatura está formulada e está na Comissão já algum tempo, estando a concluir-se o dossier de candidatura.

Referiu que há poucos dias teve uma reunião sobre o tema e não querendo errar nas datas, mas entre julho e outubro, dependendo do avanço de alguns projetos porque alguns dependem diretamente da contratação da Câmara Municipal, mas outros não dependem porque estão dentro do grupo de trabalho, vão ter que formar ainda uma Associação de Municípios para depois se fazer o plano desse concurso e das regras de funcionamento que, já está em curso, esperando que nesse período possa haver novidades e que sejam favoráveis.

Informou que, também tiveram uma reunião com o Comissário Português na Unesco, no sentido de formular o pedido, da intenção de se avançar com a candidatura, tendo aquele se comprometido fazer uma comunicação ao homologado Espanhol, uma vez que a candidatura é aberta, ou seja, estão quatro Municípios no grupo de trabalho, depois podem aderir outros Municípios, quer do lado Espanhol quer do lado Português, porque com a candidatura pretende diferenciar as fortalezas da Raia e é dessa forma que ela está a ser formulada e é nesse contexto que há negociações bilaterais, sentindo que por parte do Alcalde de Ciudad Rodrigo e Espanha também está a haver manifestação de interesse, espera que a possam levar um bom ritmo e concluir a candidatura no prazo que antes referiu, com prudência, mas esperando que haja novidades.

Mais informou que, existe também uma candidatura do Turismo de Portugal, aprovada e também vem vertida no orçamento, que visa implementar uma Rota das Fortalezas Abaluartadas da Raia, implementando Centros de Interpretação das Fortalezas que no caso do Município de Almeida, fica na Sala de Armas nas Portas de São Francisco.

Em relação ao que foi dito pelo Senhor Miguel Pinto, o Senhor Presidente disse que também ficou surpreendido e foi um gosto estar a assistir à atuação da Banda na Festa do Bucho dando os parabéns à Junta de Freguesia por esse empenho e esse detalhe que pode fazer a diferença e é com esse espírito que devemos atuar no Concelho, referindo que, “somos poucos para estarmos de costas voltadas” e devemos trabalhar em conjunto.

Mais disse que, esteve atento aos discursos da celebração do feriado do 25 de abril e foi também essa leitura que fez. Ouviu os discursos e espera que a mensagem dos mesmos se consiga transmitir a toda a Comunidade.

No que se refere à Agenda Cultural Física disse que fica o desafio feito e que já existiu há alguns anos, no entanto, ficam as ideias e bem que, se podem vir a retomar nesse formato ou noutra mais simples e serem reforçado com os meios eletrónicos, uma vez que não chega à população a devida informação.

Sobre a Check List - Modernização Administrativa informou que, a Câmara tem esse projeto em curso, as obras do Balcão Único Espaço do Cidadão de Almeida, estão em curso e é essa intenção de fazer essa modernização e essa listagem para que os Serviços possam ser padronizados e haver uma forma de atuar idêntica em todas as situações, há consultadorias que estão a decorrer e alterações que estão a ser implementadas e muitas delas na parte administrativa, encontrando-se já muito organizada e na parte dos Serviços Técnicos e mais na parte do Urbanismo está-se a trabalhar mais intensamente nessa questão, esperando que nestes meses haja essa consolidação para coincidir com a abertura do espaço.

No que se refere ao apontamento do Senhor António Frias, o Senhor Presidente informou que, a situação é idêntica aos anos anteriores e se calhar não existe tanta pressão nestas eleições, mas é fruto disso. A Câmara tem trabalhado e tem-se recebido

muita documentação da Comissão Nacional de Eleições, tendo sido constantes as alterações, no entanto, a Câmara de Almeida não as tem sentido.

O Senhor Presidente informou que, em Évora vai haver pela primeira vez no Concelho votação eletrónica, é uma experiência que vai ser feita, mas efetivamente a única alteração de fundo que vai ser feita são as listas que diminuirão consideravelmente o número de eleitores do Concelho.

Os Senhores Presidentes, de Juntas e Uniões de Freguesias têm que fazer o trabalho de marcar essa reunião com os Partidos e estes por sua vez também terão que fazer chegar a informação da necessidade de fazer a reunião.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom – António Fernandes referiu que, no caderno de apoio às eleições, diz que devem ser convocados todas as candidaturas concorrentes ao ato eleitoral, mas como, se eles não possuem o seu endereço eletrónico. Tantos Partidos que concorreram como é que vão ter acesso ao correio eletrónico.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que vão enviar às Juntas de Freguesia uma listagem para poderem cumprir integralmente tudo aquilo que está escrito e depois cada um fará a comunicação.

Em relação às questões formuladas pelo Senhor António Lages o Senhor Presidente informou que, também reparou nas Ruas de Vilar Formoso, tendo-se verificado uma chuva muito intensa e que quando isso acontece não há forma de as sarjetas darem vazão a tanta água, ficando até entupidas e não há forma de acolher as águas pluviais na conduta, porque existem problemas graves e nalguns sítios vai ser necessário retirar a conduta na totalidade e voltar a refazê-la.

Mais informou que, existem intrusões de raízes das árvores que estão naquela zona, referindo que, foi feito o abate de algumas delas, com vista a minorar esse impacto.

Mais disse que existem outras questões, algumas motivadas pelos defeitos de construção outras por infiltrações de abatimentos, tendo a conduta sofrido inclinações contrárias que provocam o seu mau funcionamento, fazendo com que o escoamento seja

feito com muita dificuldade, aparecendo a água logo na parte superficial dos sumidouros e voltando para trás.

Esclareceu o Senhor Presidente que, na obra da Rua do Comércio, uma parte e até ao limite da Rua Dr. Carlos Viana já vai ficar resolvida, mas no âmbito das limpezas que foram feitas na Ribeira, foram feitas filmagens identificando as localizações e os problemas que existem.

Sobre a balança informou que, o projeto está concluído e vai ser lançado em breve o procedimento com uma alteração da localização prevista inicialmente, ficando na ilha que faz a separação do tráfego junto à empresa Grani-Jardim.

Relativamente às questões formuladas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, informou que, em breve se irá dar início às obras do Espaço do Cidadão, sendo mais simples a intervenção, pretendendo-se que a abertura dos dois Espaços de Atendimento do Balcão Único seja simultânea.

Em relação ao Parque TIR informou que, esteve numa reunião das Infraestruturas de Portugal onde foi dito que, vai ser feita uma nova Cimeira Ibérica, onde o assunto irá ser debatido, porque ficou clara a intenção da ligação que foi proposta fazer e a renovação da melhoria do Parque TIR e a ligação do Nó da A 25/A62, vão ser colocados nas Autoridades Espanholas, porque é necessário que o projeto seja não só aceite, mas também implementado em unísono e não sejam só as Autoridades Portuguesas e a Câmara a avançar, mas também da parte Espanhola e haver um acerto / acordo de qual irá ser a futura configuração daquele espaço.

Quanto ao edifício da Guarda Fiscal é da responsabilidade da Câmara a execução do projeto e segundo informação do Departamento Técnico ainda foi necessário fazer um reajuste da parte da arquitetura, porque ainda não entregaram as peças todas e têm que reformular a parte das especialidades, estando-se na fase da contratação.

Mais informou o Senhor Presidente que, foi recebida uma comunicação há poucos dias com vista a entregarem-se elementos, nomeadamente cabimentos das rúbricas onde se irá fazer essa intervenção no caso do projeto, havendo uma dúvida, se

se deve já entregar da rúbrica da obra em si e está a esclarecer isso com a Secretaria de Estado para se poder fazer o Protocolo, entre as partes.

Em plano só está previsto para 2020, esperando que depois se possa efetivar mesmo essa intervenção, porque das reuniões que foi possível fazer há a assunção e realização dessa obra.

Sobre as questões do Senhor José Abranches, informou que recebeu um Grupo Australiano que está interessado em fazer essa prospeção, ou seja, o grupo manifestou interesse em fazer prospeção em duas zonas distintas, uma a norte e outra a sul do Concelho, na parte de cima da Fonte Santa, junto a Figueira de Castelo Rodrigo, porque abrange mais esta área do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo do que a do Concelho de Almeida e a parte sul de Miuzela, Malhada Sorda, Porto de Ovelha e Jardo.

Deixou clara a posição da Câmara pelo conhecimento que existe, não é muito avançado, mas sabe-se que são metais e a prospeção é uma coisa, a extração é outra e a transformação ainda é outra.

A Câmara vai estar informada e dará as informações que forem necessárias, mas as fases que estão a propor é sem um pedido formal e sem nenhuma comunicação do Ministério da Economia e Geologia.

Informou que, o assunto ainda está numa fase muito inicial, mas podem vir a fazer as prospeções que constarão de fazer alguns furos para aferirem se existe alguma viabilidade técnica e a Câmara terá que se informar bem sobre os impactos que possa ter e o Senhor Presidente deixou bem claro que, se os mesmos forem negativos para a parte natural o Município não estará interessado que sejam feitas essas explorações e serão tomadas outras posições e iniciativas se for o caso de mostrar o nosso descontentamento. Se for para fazer uma extração que não ponha em causa o equilíbrio ecológico ele pensa que aí teremos que analisar os impactos que eles possam ter de positivos para a economia e devemos ter essa atitude de acompanhar e estarmos atentos em saber quais os passos seguintes, mas é bom que a população esteja informada sobre o assunto.

Em relação aos placards de início de obra referiu que, alguns deles também não gosta de os ver, mas são obras que foram objeto de financiamentos e eles devem por enquanto permanecer, no entanto, irá ser analisada melhor esta questão e retirar todos aqueles cujo prazo já expirou.

No que diz respeito à sinalização do Rio Côa o Senhor Presidente referiu que passou no local há poucos dias e quando chegou a Castelo Mendo, reparou que o sinal com indicação de piso degradado já não fazia sentido nenhum estar lá, entre outros por isso, iria dar indicação aos respetivos Serviços no sentido de ser feita uma atualização.

No que se refere ao sinal para peões, o Senhor José Abranches foi informado de que se trata de um sinal de perigo, no entanto ficou o apontamento para posteriormente ser revista a situação.

Sobre a sinalização de indicação no Cruzamento para Castelo Mendo, o Senhor Presidente referiu que, a ligação que existe de Castelo Mendo para a E.M. 571 entre Ade e Mesquitela é um Caminho Agrícola e não faz sentido estar-se a criar indicações para Caminhos Agrícolas, mas não vem mal algum ao Mundo se existir essa indicação, mas é necessário perceber-se que, não pode ficar no mesmo cruzamento a indicação das Freguesias todas, em função do espaço, mas apenas as principais e nesse local já está sinalizada que é Castelo Mendo, podendo no entanto, ficar junto ao caminho um painel com a indicação do Paraizal, Mesquitela, Ade e Monteperobolso.

O Senhor Presidente informou que, todas as obras que se encontram na fase final dos projetos, serão lançados os respetivos concursos.

Pelo Senhor António Frias foi perguntado sobre qual o ponto de situação em que se encontra a empreitada da construção balança.

O Senhor Presidente da Câmara informou que o projeto, encontra-se concluído e vai ser aberto o respetivo concurso.

Sobre o Parque TIR perguntou qual a possibilidade que haja nele um investimento e configuração de toda aquela zona, porque ficou um pouco apreensivo não sabendo se sim ou se não e como é sabido o Ayuntamiento de Fuentes de Oñoro adquiriu a parte Espanhola, porque muitas vezes olha-se para o Parque TIR como sendo Português em face dos camiões que ali estacionam, mas grande parte daquele terreno é

Espanhol e não pertence ao Ministério das Finanças, mas sim do Ayuntamiento, perguntando mais concretamente se o Senhor Presidente notou que da parte do Governo Central existe a possibilidade de investimento nessa infraestrutura e feita pelo Governo.

O Senhor Presidente informou que, apenas ficaram promessas em aberto e públicas, sabe que foram dadas indicações às Infraestruturas de Portugal, porque já reuniu com eles e também lhe comunicaram isso, achando que não é uma desvantagem o Ayuntamiento de Fuentes de Oñoro ser o proprietário, porque em relação à parte Portuguesa está mais em desvantagem porque não se sabe a quem pertence e para se implementar uma obra tem que haver um dono e tem que alguém ficar e assumir essa responsabilidade.

Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador David Nabais o qual felicitou a presença do Senhor João Alexandre e aproveitou para dizer que é da opinião de que já que existe uma Lei da paridade também deveria haver uma Lei que congregasse uma percentagem para a Juventude nos Órgãos Municipais e Nacionais.

Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude informou que, já tinha recebido uma proposta para se poder avançar com uma Assembleia Municipal Jovem, mas deparam-se com algumas dificuldades operacionais, isto é, as diversas políticas de juventude, na Câmara estavam e estão diluídas por diversos setores como a ação social, serviço de educação e então houve aqui uma necessidade de ter uma perceção geral de como estavam as políticas de juventude. A opção foi não por uma Assembleia Municipal Jovem, mas para a concretização de um Conselho Municipal de Juventude e agora já com a ajuda e colaboração do Gabinete Jurídico, o processo já está a um ritmo diferente e espera que, se possa concluir em breve.

II - Ordem do Dia:

1-Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09;

Á data de 15 do corrente mês, a receita do Município regista o valor de 2.908.297,00 €, sendo a despesa de 2.642.544,00 €

A dívida a Fornecedores e Outros Credores é de 76.421.00 € e a Instituições Financeiras é de 1.679.122,00 €, esta de médio e longo prazo.

A Câmara mantém o equilíbrio financeiro, quer de Curto quer de Longo Prazo.

O Senhor Presidente destacou ainda a atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, tendo sido contemplados 68 estudantes, com cerca de 70.000,00 €.

Disse ainda que na parte do Turismo o Município teve a visita de 61.650 nos vários pontos de interesse da Vila e que seria importante que esses visitantes deixassem mais dinheiro no Concelho, achando que a parte da iniciativa privada também tem que olhar para estes números e ver se há possibilidades de mais investimentos porque se houver investimento privado a acompanhar este impulso que a Câmara tenta dar na parte da promoção, sem esse investimento dificilmente se conseguirá chegar aos objetivos desejados, esperando que as medidas que possam vir nos próximos Quadros Comunitários e até final deste , se dirijam para a parte dos empresários, dando mais possibilidade de investir , porque muitos com as condições que existem dificilmente o farão.

O Senhor Presidente da Câmara aproveitou para informar da realização da Feira Medieval de Castelo Mendo, ficando todos convidados e o desafio feito para participarem.

Mais informou que está a decorrer em Vilar Formoso uma formação sobre o Holocausto, com uma visita que irá ser feita a uma pequena exposição sobre a temática da II Guerra Mundial, convidando todos os membros da Assembleia a estarem presentes no espaço CEDET, onde estarão representadas as Embaixadas da Polónia, Espanha e Portuguesa, havendo o interesse de ser feita a divulgação do Espaço do Memorial Aristides Sousa Mendes – Vilar Formoso Fronteira da Paz.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém, desejava usar da palavra.

O Senhor João Alexandre levantou uma questão sobre o fluxo turístico em Almeida no Museu Militar e outros e sabermos sempre quais são esses valores comparativamente a períodos homólogos para se aferir qual tem sido a evolução, para podermos comparar a evolução do Município, neste tipo de atração turística.

Pelo Senhor Presidente foi dito que no relatório anual do fim do ano os valores estão mais pormenorizados até por localização geográfica, vindo normalmente esses dados.

2-Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2018;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma introdução ao documento.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi então explicado o documento em apreciação, tecendo várias considerações sobre o mesmo, informando que, é um documento técnico que espelha o desempenho do ano 2018 e é o primeiro exercício completo desta Câmara Municipal. Teve uma taxa de execução da receita 86,7% e 65,9%, da despesa, não ficou satisfeito com esta execução, mas também olha para ela com prudência, porque execuções muito elevadas trariam outras questões para as contas que agora estão espelhadas, embora ela pudesse ser um pouco superior como referiu.

Ficou um resumo de uma receita total cobrada de 14.873.328,00 €, depois de juntar o saldo de gerência e outras verbas que foram aprovadas, num total de 17.147.656,00 €. Aumentaram-se os fundos próprios e obteve-se um resultado líquido positivo de 316.630,00 €.

Em relação às modificações tentou fazer um reforço de rubricas que não tinham a totalidade da despesa no orçamento inicial de 2019, fizeram esses reforços, tentando espelhar os projetos principais que, se pretende vir a implementar, fazendo aqui a novidade que inserimos no orçamento, embora esteja em valor absoluto a sua execução vai depender muito da ação que tiverem posteriormente, com o lançamento das regras e normas do orçamento participativo e depois das votações que têm de ser feitas para ser implementado.

Também às Associações de Freguesias foram feitas alguns desafios em que também os aceitou e tentou verter no orçamento, embora tenham que depois fazer reuniões complementares, porque há um projeto ambiental que tem interesse em se implementar e que se trata de um sistema de recolha de monos e indiferenciados, esse projeto visa fazer esse desafio às Associações de Freguesia, uma vez que o trabalho que têm feito tem tido repercussões positivas no Concelho, continuando a colaborar nesse sentido. Os

projetos que estão vertidos no orçamento são os principais e o reforço daqueles que necessitavam, para se chegar ao fim do ano com as rubricas devidamente dotadas.

Seguidamente e por ordem de inscrição o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Miguel Pinto que, começou por dizer que, se congratula com a inscrição do orçamento participativo e do orçamento participativo jovem no orçamento. Foi uma das três medidas de consciencialização e responsabilização cívica dos jovens na política Autárquica que tivemos oportunidade de discutir quer em reuniões mais informais com o Vereador da Juventude quer com o Senhor Presidente da Câmara e com apresentação final no dia 29 de março, juntamente com a Assembleia Municipal Jovem e Conselho Municipal da Juventude. Aproveitou para dizer que, reforça a preocupação com a nova proposta de lei, sobre as Associações Juvenis, que segundo a nova proposta de lei, diminuirá a idade máxima do Presidente para 30 ou 35 anos, o que será um grande problema para as nossas Associações Juvenis, que nos últimos dados só já eram quatro e algumas delas já com poucas atividades.

O Senhor João Alexandre, começou por dizer que à semelhança do seu colega Miguel Pinto, congratulou-se também com Executivo pela inscrição no orçamento do orçamento participativo jovem e também não jovem, achando que há um bom sinal de incentivo à participação dos Municípes nas tomadas de decisão, por parte da Câmara Municipal.

Outra situação tem a ver com os reforços na Revitalização da Rua do Comércio em Vilar Formoso e também do Eixo Viário da Área de Vilar Formoso na zona de Serviços e se isso tem a ver com o facto de a obra se iniciar dentro em breve, ainda no primeiro semestre deste ano ou se vai realizar-se para depois do Verão.

Pela Dr.^a Sónia Cunha foi dito que, na Modificação do Orçamento existe um Reforço na Reabilitação do Quartel das Esquadras e gostava de saber em que fase se encontra o processo visto que e pelo menos aparentemente ainda não se vê nenhuma intervenção, mas a rubrica foi dotada com um reforço de trezentos mil euros.

A outra situação diz respeito à retirada de dotação das Portas de São Francisco e de Santo António, perguntando se essas obras vão ser adiadas ou se são para avançar.

Pelo Senhor António Frias, foi referido que, acha que não foi boa a ideia de discutir estes dois pontos em simultâneo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respondeu que existem sem dúvida obras que sabe que iriam ser referidas e depois são feitas as alterações, uma vez que a revisão já dá em parte resposta, mas que, a votação terá que ser em separado é uma opinião diferente da do Senhor António Frias, mas que respeita.

O Senhor António Frias continuou dizendo que iria analisar os assuntos de acordo com a ordem de trabalhos e neste caso a prestação de contas referindo que, na certidão está escrito o seguinte:

“Pelo Senhor Presidente foi feito um resumo do documento, referindo que os resultados económicos de 2018, refletem o bom desempenho que foi possível alcançar, com um grau de execução orçamental de 86,73%”, referindo que o que está escrito não é mentira, mas na despesa posteriormente vem discriminado 86,73% na receita e na despesa de 65,94%, o que é usual, nunca se espelha o que é mesmo a execução orçamental do plano de atividades, neste caso do plano de investimentos há uma execução orçamental de 52% e era sobre isso que ele se queria pronunciar.

O Senhor Presidente já mencionou que não está contente com a execução e eles também não, porque muitas vezes as discussões são fruto de muitas coisas que acontecem durante o período, mas é preciso execuções orçamentais a nível do Plano de investimento bastante mais altas para se conseguir avançar, porque senão continua-se sempre a regredir.

Gostava ainda que, lhe fosse explicado porquê que, os juros de encargo aumentaram 30,22%, devido ao pagamento de juros de mora, relativos a anos anteriores, cuja documentação não era do conhecimento da Câmara, não sabendo se esses juros de mora estão relacionados com os pagamentos das Águas do Zêzere e Côa.

Gostava também de ter um esclarecimento sobre a dívida às Águas do Zêzere e Côa. Relativamente à regularização da dívida, uma coisa o chamou à atenção e chegou à conclusão que, em 2016, depois de regularizadas as dívidas de 2013, 2014, 2015 e 2016 às Águas do Zêzere e Côa, tínhamos uma previsão para riscos e encargos com esses pagamentos de 2.627.539,00 €, sabendo que em 2016, foram pagos entre dívida anterior de consumos, ele só se está a referir à água 1.420.828,00 €, mas curiosamente em 2017 e pensa que, não se pagou qualquer dívida além dos consumos do ano de 2017, chegou-se ao fim do ano e só existiam provisões para os encargos para esse pagamento dessa dívida 1.826.889,00 €, portanto da leitura dos documentos pode-se pensar que foram utilizados dessa provisão 800.000,00 €, para outro investimento que desconhece e gostava que, o Senhor Presidente explicasse, achando estranho que, se tenha utilizado uma provisão para pagamento da dívida. Diminuiu-se a provisão, porque durante o ano de 2018, mantêm-se 1.826.889,00 €, não foi dotada com mais verbas, mas mantêm-se a dotação do ano de 2017, uma vez que veem que algumas das obras e investimentos que, ao longo dos anos têm estado a ser projetadas e todos queriam que andassem com celeridade, possivelmente não se tenha conseguido, portanto em 2019 a Câmara fará um esforço para durante os próximos meses conseguir, fazer algumas das obras que estão em expectativa e que as consigam por no terreno.

Sobre a Modificação para o orçamento participativo há uma dotação de 25.000,00 €, em outras despesas correntes e há outra dotação de 25.000,00 €, em despesas de capital e gostava de ser esclarecido, sobre isso.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou dizendo que é esse o objetivo de haver mais participação, não só jovem, mas mais participação cívica dos cidadãos do Concelho, lançando este projeto com desafios que tem feito haver mais participação, mantendo o cuidado de dar conhecimento, para que os assuntos, possam ser debatidos, antes da tomada de decisões definitivas, daí o apontamento e agradecimento do lançamento do orçamento participativo.

Respondendo ao Senhor António Frias informou que, o Orçamento Participativo na totalidade prevê dois tipos de intervenções, uma para projetos acima de trinta mil euros e outro é para projetos abaixo de quinze mil euros e foram divididos na possibilidade de haver propostas que sejam de capital de investimento ou pode haver propostas que não sejam de investimento e que sejam com despesa corrente, então

verteu-se quer em despesa corrente quer em despesa de capital e foi decidido dividir ao meio essa despesa para que, se pudesse trabalhar dessa forma e se estar preparado e foi o que transmitiu logo na introdução. O orçamento ainda é necessário que se aprove a regulamentação do mesmo, tendo sido já contratadas as plataformas para se poder por à discussão e à votação pública, existindo passos que vão ter que ser dados. Se as propostas forem mais para investimento, terá que haver algum ajustamento para se conseguirem implementar, no entanto, duvida que o consigam fazer até setembro ou outubro e se se conseguir ter votações e tudo pronto já seria muito bom, se não pode implicar que haja algum ajustamento até ao final do ano e há muitas questões que vão ter que acontecer até se verificar, mas a intenção será essa.

Sobre a Rua do Comércio e respondendo ao Senhor João Alexandre, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, o projeto está pronto, estando-se na fase de reverificação da questão das expropriações, negociação que está em curso que pode condicionar o processo dessa obra, esperando que durante o mês de maio se possa lançar, isto quer dizer que o inicio da obra será mais para o final do verão.

Sobre a ligação e aquilo que está vertido no orçamento é uma defesa que também fez e se vir que, os dois meses que vão passar houver adiantamentos, irá avançar-se com os projetos e essa rubrica é para fazer face a um plano de pormenor ou projeto específico para se poder implementar e é para esse efeito que foi colocado no orçamento, ou seja, não se está a falar em lançamento de obra, mas sim em projeto e estudos, para se poderem realizar esses investimentos, querendo dar conhecimento à população das decisões que já falaram muito por alto na Assembleia e das quais já têm conhecimento, quais são as direções e quais as intenções do Executivo, mostrando em plano aquilo que é para implementar.

Em relação à questão da Dr.^a Sónia Cunha o Senhor Presidente informou que, a questão que está vertida é a realidade e é uma previsão da conclusão dos projetos, houve alterações por indicação da parte da Direção Regional da Cultura do Centro. A parte de arquitetura está concluída e existem já propostas para fazer as alterações que os projetos de especialidades obrigam fazer com as alterações da arquitetura. É uma previsão real de quando vão ser iniciadas as obras e foram deslocadas algumas para o ano 2020, porque não se vai conseguir e é uma previsão mais real do que pode vir a acontecer, não

é uma redução é uma alteração no plano que transita para o ano seguinte.

Relativamente à Reabilitação das Esquadras o Senhor Presidente informou que, houve diversas alterações ao orçamento e que se trata de uma obra plurianual definida para dois anos e houve necessidade de efetuar pequenas alterações, reduzindo a verba inscrita, uma vez que a obra ainda não está em curso, reforçando-as agora na totalidade, sendo intenção de lançar a empreitada quando o projeto estiver concluído.

Em relação às contas e sobre as questões que foram colocadas informou que, sobre a ordem da colocação da despesa e execução e a real execução do plano referiu que, foi claro quando disse que não estava contente com a execução, porque tinha previsto que algumas das obras já tivessem sido iniciadas.

No que diz respeito ao aumento dos juros, informou que teve a ver com acertos de obras antigas, nomeadamente cauções que estavam pendentes e foram feitos esses acertos de contas dessas empreitadas que, entretanto, foram fechadas, resultando neste aumento percentual e tem a ver apenas com garantias de obras que foram fechadas definitivamente.

As previsões que estão aqui colocadas têm a ver com aquela diferença dos anos anteriores em que, entretanto, foram efetuados alguns pagamentos, mas em 2017 e aquilo que está vertido nas previsões é exatamente o cenário que foi dado conhecimento à Assembleia do reconhecimento de dívida, tendo em conta o memorando de entendimento celebrado entre os Municípios o Ministério e as Águas do Zêzere e Côa.

É verdade que a despesa pode ser superior, se não forem tidas todas as questões do Memorando e no seguimento da não aceitação do acordo na Reunião com as Águas do Vale do Tejo na Assembleia para aprovação das contas, foi a uma Assembleia, questionando os Presidentes, quer das Águas do Vale do Tejo quer das Águas de Portugal, transmitindo-lhe a situação do Município e se calhar fruto dessa conversa mandaram o plano de pagamentos que, lhe tinha solicitado antes da reunião extraordinária que fizeram, mas mandaram um plano de pagamentos a contar a despesa total e não fizeram de acordo com o memorando de entendimento. A expectativa é a de que, se consiga fazer face ao pagamento dessa despesa de acordo com o memorando. Acresce que também existe o período de tomada de posse com o Secretário de Estado e

na CIM já existem pedidos de reuniões com ele para esse efeito, esperando que haja essa definição e com o aval e aquilo que a Assembleia lhe transmitiu de conseguir levar a bom porto a dificuldade que existe com as Águas, mas a sua expectativa é a que está vertida nas previsões e não a total de juros que eles calcularam.

O Senhor António Frias disse que, tinha entendido que no relatório de contas de 2016, tinha sido paga a dívida de 2013, 2014, 2015 e 2016, e segundo o que o Senhor Presidente disse, os oitocentos mil euros de diferença de provisão, entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, foram também utilizados para pagamento de dívida.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim.

O Senhor António Frias referiu que, tinha entendido que aquando do relatório de 2016 que a dívida até aí estava paga, perguntando então qual o tipo de dívida que existia em 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, esta dívida decorre em função das negociações que, entretanto, havia, nomeadamente dos 80% do saneamento que não foi posta por escrito, mas foi assumida pelos membros do Conselho de Administração e que a Câmara deu como assumido e não tinha necessariamente que estar nas previsões.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, se houver a possibilidade de se chegar a um entendimento para haver um ponto final na questão como ficou deliberado na Assembleia, far-se-á de preferência uma Assembleia Ordinária e se necessário for far-se-á uma extraordinária, no sentido de ser dado conhecimento cabal deste assunto.

Após análise e discussão o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento de Prestação de Contas do Ano de 2018 a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

3-Discussão e Votação da Modificação às Grandes Opções Plano – GOP (PPI e AMR) e Orçamento de 2019 – 1ª Revisão;

Após análise e discussão da Modificação às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR) e Orçamento de 2019 – 1ª. Revisão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs os documentos a votação, tendo os mesmos sido aprovados, por unanimidade.

4-Apreciação e Votação da Descentralização Administrativa – Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais- Educação (Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro);

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre este ponto disse que, foi publicado no Diário da República I Série nº 59 de 25 de março de 2019, uma declaração de retificação com o nº 10 de 2019 que leu e se transcreve:

“Nos termos das disposições da alínea h) do nº 1 do art.º 4º e do artigo 11º do Decreto-Lei nº 4/2012 de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 41/2013 de 21 de março, declara-se que, o Decreto-Lei nº 21/2019, publicado em Diário da República I Série nº 21 de 30 de janeiro, saiu com a seguinte inexatidão que mediante declaração da entidade emitente, assim se retifica e diz o nº 2 do art.º 76º que, onde se lê “relativamente ao ano de 2019 e na sequência do despacho previsto no número 1º do art.º 69º, os Municípios e as Entidades Intermunicipais que não pretendam a não transferência das competências previstas no Decreto-Lei, comunicam esse facto à Direcção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, sobre proposta das Câmaras Municipais respetivas, até 31 de abril de 2019” e em função disto recordou que na Assembleia Municipal em que foram apreciados, todos os Decretos-Lei, por uma proposta sua foi adiada a análise e votação deste Decreto para a Assembleia que, se iria realizar em abril e que está a ter lugar hoje, entretanto, saiu a declaração de retificação que leu e agora a retificação do que se deve ler-se que diz “relativamente ao ano de 2019 e na sequência do despacho previsto no nº 1 do art.º 69º, os Municípios e as Entidades Intermunicipais que não pretendam a transferência das competências previstas no presente Decreto-Lei, comunicam este facto

à Direcção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, sobre proposta das Câmaras Municipais respetivas, até 30 de junho de 2019”.

A Câmara já se pronunciou tendo deliberado, por unanimidade, sobre a não aceitação desta delegação de competências, sugerindo à Assembleia Municipal a mesma tomada de posição e informou que também, a CIM, ainda não apreciou.

Assim sendo o Senhor Presidente da Assembleia em face a esta retificação e a prorrogação do prazo e tendo em conta que irá haver uma Assembleia Municipal até ao final do mês de junho propôs que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos e agendado para a próxima sessão da Assembleia Municipal de junho, salvo se alguém quiser fazer alguma intervenção, caso contrário não vê nenhum inconveniente que seja retirado.

Posta a proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

5-Apreciação e Votação da Delegação de Competências Municipais do Município nas Associações de Freguesias – Atualização de Valores;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre o assunto, o qual informou que, o documento pretende verter a atualização que, entretanto foi feita com entrada das Juntas de Freguesia de Malhada Sorda e de Vilar Formoso na Associação de Freguesias da Raia e do Côa e a atualização dos valores de acordo com o vencimento mínimo nacional dos valores que ficam adstritos a cada uma dessas Associações, tendo em conta o número de Autarquias número de Municípios e Uniões de Freguesias que fazem parte da Associação. Houve um aumento de valores e a proposta é para se aprovar esse aumento da despesa que irá ser feito.

Para discussão deste ponto da ordem de trabalhos inscreveram-se os Senhores: Prof. Manuel Gomes – Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso e Prof. Miguel Bernardo – Presidente da Junta de Freguesia de Freineda.

O Senhor Prof. Manuel Gomes – Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso referiu que, a sua intervenção se prende com a questão do vencimento mínimo e que já tinha abordado com o Senhor Presidente da Câmara, perguntando se esse vencimento mínimo não tem em conta o facto de o funcionário ser da função pública ou não, o que leva a que o vencimento da função pública o vencimento mínimo de seiscentos trinta e cinco euros, se este vencimento será sempre apoiado pela Câmara é com base nos seiscentos ou seiscentos e trinta e cinco euros.

O Senhor Prof. Miguel referiu que a pergunta que ele pretendia colocar era precisamente a que o Prof. Manuel Gomes colocou.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, no caso da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, terá que se ajustar o valor, porque só está referenciado no mapa o caminho de São Pedro e Vilar Formoso e também tem que haver um ajustamento da parte da Estrada Nacional 16, para juntar ao processo é um preciosismo, mas tem que ser feita a retificação.

Em relação ao vencimento mínimo, este documento está preparado já algum tempo, e não sabe qual a relação laboral que têm com todos os funcionários, mas que se iria chegar a um consenso. Utilizou-se o que é geral que é o vencimento mínimo que está estabelecido no País tendo em conta esse desconhecimento. Sabe que é seiscentos trinta e cinco euros e está aberto a poder-se rever o valor, mas por outro lado, as Associações, deverão entregar uma relação dos contratos laborais para que possam analisar nesse contexto.

O Senhor Prof. Miguel Bernardo - Presidente da Junta de Freguesia de Freineda, esclareceu que, com base na Lei nº 175/99, que determina que está no âmbito das Associações de Freguesias os funcionários, apesar de terem contratos a termo resolutivo, nalguns casos, devem ser equiparados à função pública e, portanto, com o mesmo Regime Jurídico.

O Senhor Prof. Miguel – Presidente da Junta de Freguesia de Freineda, referiu que a sua opinião como Presidente do Conselho de Administração da Associação de Freguesias da Raia do Côa, é a seguinte: Que aplicam a legislação e pagam aos

funcionários, em função do vencimento da Função Pública e não recebem o mesmo, o que significa um diferencial importante, ou seja $35,00 \text{ €} \times \text{o número de Freguesias} = 630,00 \text{ €/mês} \times 14 \text{ meses} = 8,820,00 \text{ /ano}$, se a Associação pagar aos funcionários o que é devido e não o receber da Câmara, obviamente duplica, passando quase para dezasseis mil, obviamente que isto são contas de merceeiro porque não está a colocar a equação dos 75%, estando apenas a falar em valores absolutos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que vai por o documento a votação com alteração já introduzida da retificação dos quilómetros e que o assunto da dívida relacionada com o acerto dos vencimentos, irá ser analisado, até porque será objeto de um reforço orçamental e que será feito com retroativos a janeiro.

O Senhor Miguel Pinto, informou que no documento que fala das Estradas Caminhos e Acessos da Associações de Freguesias da Raia do Côa na Malhada Sorda, na parte dos troços parece-lhe que existe uma gafe, porque por exemplo no Caminho Rural de Malhada Sorda para o Parque de Merendas, aparece que é o troço entre a Freineda e a E.N.332, o que não se verifica, já que o caminho não vai por aí, achando também que, nos outros itens da Malhada Sorda, acontece a mesma coisa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, este assunto já foi falado e que a gafe realmente continua porque está bem descrito o Caminho Rural Malhada Sorda e Parque de Merendas e têm a extensão, no entanto é uma gafe que já vem de mapas anteriores e que não reparou.

O Senhor Manuel Gomes – Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso alertou para a questão do Caminho Agrícola de São Pedro e Vilar Formoso que já se procedeu à limpeza, mas estava a alertar para a situação entre Vilar Formoso e S. Pedro pela Nacional em direção a Almeida.

O Senhor Presidente informou que se trata de uma Estrada Nacional e a limpeza não é da responsabilidade da Câmara.

Posto o documento a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade.

6-Apreciação e Votação dos Contratos de Delegação de Competências nas Juntas e Uniões de Freguesias – Atualização de Valores;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, informando que, este documento mostra o panorama da execução dos contratos, embora venha aqui referido o ano de 2019 no mapa, algumas das Freguesias não iniciaram esse protocolo por diversas razões e vicissitudes, mas não o implementaram durante o ano de 2018 e estão algumas delas ainda a concluir, umas já em fase de apreciação e outras em fase conclusão dos contratos de delegação de competências do ano de 2018.

Assim sendo a sua proposta é a de juntar os valores não executados aos valores do ano 2019, permitindo assim às Freguesias fazerem essa intervenção na totalidade desses montantes de acordo com o mapa em apreço, no entanto, queria que de alguma forma ficasse aqui um compromisso, porque não o fará de outra forma que impreterivelmente as obras estejam concluídas até 30 de novembro de 2019 e as que não estiverem concluídas naquela data não serão passadas para anos seguintes, porque esta situação causa transtornos por parte dos contratos plurianuais de funcionamento, tendo que ser feitos diversos reforços e tem-se que trabalhar no sentido de se poder conseguir executar os projetos para estarem concluídos até 30 de novembro, é isso o que está protocolado.

Muitas das Juntas de Freguesias é assim que fazem, mas há ainda um grande número que não o fez e é este alerta que queria deixar bem claro a todos que teremos que fazer esse trabalho para estar concluído até à data antes mencionada, porque a partir desta data devemos fazer as reuniões para começar a assinar os contratos do ano de 2019, de acordo com o mapa que agora se propõe aqui aprovar.

Não havendo intervenções sobre o assunto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém desejava usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos.

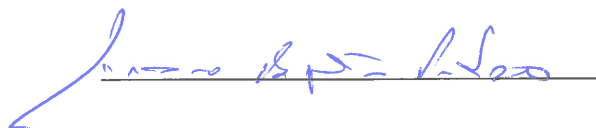
Ninguém usou da palavra.

APROVAÇÃO EM MINUTA:

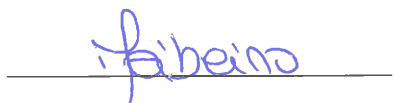
Foi ainda deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, quando eram 12:30 horas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão que, juntamente com a 1ª. Secretária e 2º. Secretário subscrevem.

O Presidente da Assembleia Municipal,



A 1ª Secretária,



O 2º Secretário,

